

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O**  
**PROJETO DE LEI N. 34/14, DO EXECUTIVO MUNICIPAL,**  
**QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015,**  
**EM ATENDIMENTO AO INCISO I, DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 48,**  
**DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL,**  
**REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2014**

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e quatorze, no Plenário da Câmara Municipal de Santo André, reuniram-se às dezoito horas e quinze minutos, o Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira), os Vereadores Evilasio Santana Santos (Bahia), Elisabete Tonobohn Siraque (Prof<sup>a</sup> Bete Tonobohn Siraque), Cosmo Rodrigues Cardoso (Cosmo do Gás), Edson de Jesus Sardano (Edson Sardano), Eduardo Marchiori Leite da Silva (Eduardo Leite), Elian Saraiva Barbosa de Santana (Elian Santana), Luiz Zacarias de Araujo Filho (Luiz Zacarias), Marcos Rodrigues Pinchiari (Dr. Marcos Pinchiari), Antonio Rodrigues da Silva (Tonho Lagoa) e Antonio de Jesus Barbosa (Toninho de Jesus), sendo este o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, Comissão que também é composta pelos Vereadores Cosmo Rodrigues Cardoso (Cosmo do Gás) e José Francisco de Araujo (José de Araujo), o Sr. Walter Faria, Secretário Adjunto, neste ato representando o Sr. Antonio Carlos Lopes Granado, Secretário de Finanças da Prefeitura de Santo André, o Sr. Alberto Alves de Souza, Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo da Prefeitura de Santo André, a Sra. Miriam Mary Marcon Armelim, Secretária Adjunta de Orçamento e Planejamento Participativo, a Sra. Rosemary de M. Silveira, Diretora de Orçamento e Planejamento Estratégico, o Sr. Nilton Pereira dos Santos, Controle Interno da Câmara Municipal de Santo André, e a Sra. Jandira de Farias Silva Carneiro, Assistente Econômico-Financeira da Câmara Municipal de Santo André, em substituição, para realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 34/2014, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, em atendimento ao disposto no Inciso I, do parágrafo único, do art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/00). O Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira) dá início à audiência pública e lembra que a LDO deverá ser votada até 26 de junho de 2014. Agradece a todos pela presença. Informa que, inicialmente, o Secretário de Orçamento fará uma exposição de 15 minutos e, em seguida, será concedida a palavra ao Secretário Adjunto de Finanças para suas considerações. Após, os Vereadores que desejarem fazer uso da palavra terão três minutos. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, considera importante a audiência para discutir a LDO, pois, além de dar mais transparência, os Vereadores também poderão fazer seus possíveis complementos. Observa que está conduzindo as plenárias do Orçamento Participativo e, na presente data, há uma plenária agendada para as 19:00h, na Rua Fenícia, razão pela qual irá se retirar próximo das 19:00h, para conduzir a plenária, ficando o Sr. Walter e as Sras. Rose e Miriam para responder aos

questionamentos que, porventura, forem feitos. Registra que o Executivo já realizou audiência pública, no dia 26 de abril de 2014, no Salão “Heleni Guariba”. Ressalta que a pasta entregue aos Vereadores está sendo distribuída nas plenárias do Orçamento Participativo, contendo o jornal que detalha o Orçamento Participativo e alguns documentos. Informa que iniciará falando conceitualmente da LDO, em seguida citará exemplos de programas contidos na LDO e concluirá com os valores orçamentários indicados na LDO para o ano de 2015, fazendo um comparativo com os valores de 2014. Registra que a LDO tem de se pautar no que está definido, em termos de diretrizes, no PPA, portanto, não pode ser feita sem considerar o PPA, então, para definir suas diretrizes para a LOA, a LDO tem de se pautar no que foi definido, o ano passado, aprovado pelos Vereadores, no PPA, assim como a LOA – Lei Orçamentária Anual, tem de se pautar na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ressalta que tanto o PPA, quanto a LDO, quanto a LOA estão estabelecidos na Constituição Federal, o que deve ser feito em todas as esferas, inclusive garantindo à população o direito de participação nessas elaborações, sendo que a diferença está na forma de fazer. Coloca que na cidade de Santo André optou-se por fazer tanto PPA quanto LOA na forma participativa. Faz a apresentação com a utilização de PowerPoint. Fala que o PPA é elaborado no primeiro ano de gestão para os quatro anos subseqüentes, portanto, o PPA feito no ano passado, de forma participativa, funciona para os anos de 2014 a 2017. Ressalta que a LDO deste ano é feita com base no PPA aprovado, o ano passado, ao passo que a LDO do ano passado foi feita com base no PPA da gestão anterior. Registra retomada da participação social na cidade, com a discussão pública do PPA, sendo que foram feitas 20 plenárias, assim como estão fazendo 20 plenárias do OP, onde a população se organizou em grupos, por temas, e dentro de cada tema indicaram as diretrizes pretendidas para os próximos quatro anos de administração, e cerca de 90% das diretrizes propostas nas plenárias foram absorvidas na proposta de PPA, votada nesta Casa, demonstrando que as diretrizes apontadas pela população estavam de acordo com o plano de governo apresentado na eleição. Considera interessante que ficou ressaltado do PPA do ano passado que as solicitações, no campo da saúde, foram qualificação e humanização dos serviços que vêm sendo prestados, em vez de pedir empreendimentos novos. Lembra que a LDO não é feita de forma participativa, porque é uma diretriz feita com base no PPA, e, neste momento, estão discutindo a LOA, propostas para o Orçamento Participativo, também em 20 plenárias, ouvindo a população, cujas propostas serão absorvidas no Orçamento de 2015 e de 2016. Registra que o ano que vem não haverá Orçamento Participativo e, sim, prestação de contas sobre o que foi absorvido do que foi proposto pela população. Fala sobre a novidade do OP Criança, que envolveu 25 mil alunos da rede municipal, de quatro a dez anos, que se organizaram em setores e fizeram propostas para a educação, para a região e para cidade. Outra novidade é o OP Digital e pede apoio na divulgação, pois a adesão ficou aquém do esperado, inclusive porque é uma ferramenta importante, pois permite que qualquer cidadão acesse o portal da Prefeitura, se identificando, e fazer propostas que serão encaminhadas ao Conselho

Municipal do Orçamento. Conclama todos a participarem do OP Digital que amplia a participação. Sobre a LOA, lembra que é uma lei anual que traz de forma detalhada as prioridades que serão implementadas e executadas pelo Poder Público naquele ano e para o projeto ser incluído no Orçamento tem de estar previsto na LDO – ou seja, PPA diretrizes, LDO programa e LOA detalhamento do programa, do seu custo e como se dará o gasto dele com pessoal, equipamentos e como se constitui a LDO devem constar, conforme a LRF: definição de prioridades e metas, estrutura e organização do Orçamento, diretrizes para elaboração e execução do Orçamento, despesas com pessoal e encargos sociais, alterações da legislação tributária e o anexo de metas e riscos fiscais. Apresenta Prioridades e Metas e cita alguns programas. Na exposição, demonstra que a Lei Orçamentária detalha o programa e em que o valor será gasto, cuja meta é indicada pela área, e tem de estar em consonância com o PPA e é fiscalizada pelo Tribunal de Contas, cujos valores que constam da LDO foram corrigidos pelo IPCA de 6% e PIB de 3%. Observa que de 2013 para 2014 houve um crescimento de quase R\$1 bilhão, já em 2015 diminui. Mostra tabela detalhando por que diminui. Em suma, apresentou o conceito da LDO, citou alguns programas e números projetados para 2015, 2016 e 2017. O Sr. Walter Faria, Secretário Adjunto, lembra que a Secretaria de Finanças é parceira da Secretaria de Orçamento e Planejamento na elaboração das peças orçamentárias, provendo os números e receitas, fazendo a execução das peças orçamentárias, portanto, um trabalho em conjunto. Coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos. Na sequência, é aberta a palavra aos interessados. O Vereador Luiz Zacarias de Araujo Filho (Luiz Zacarias) apresenta dúvida quanto ao § 3º, do art. 10, que inclui a Revisão da Planta Genérica de Valores. Solicita seja explicado se haverá aumento ou não e qual é a visão do Governo na questão da planta. Registra sua preocupação com o disposto nos arts. 16, 17 e 18 que permitem ao Prefeito remanejar, por decreto, os valores das categorias econômicas, assim como na questão de ONGs, tirando a análise por parte do Legislativo. Deixa claro que as demais dúvidas serão encaminhadas à Comissão Finanças, por Cota, mas que sua preocupação maior é com o remanejamento de verba – repasses financeiros: gastos vinculados à saúde, gastos vinculados ao ensino, programas, encargos sociais, assistência auxiliar de alimentação. Sobre o art. 25, indaga o que vem a ser esse artigo e qual sua finalidade. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, sobre a possibilidade de alterar a planta genérica de valores, esclarece que se trata de uma autorização, pois é a LDO que autoriza qualquer mudança na estrutura tributária, mas que se trata apenas de autorização, o que não significa que será feita a mudança. Lembra que a LDO dos últimos anos contém essa autorização, porque, obrigatoriamente, tem de constar da Lei, caso o Executivo queira fazer a alteração. Sobre os remanejamentos – possibilidade de anular e suplementar dotação – é para não engessar o Executivo em uma situação de emergência. Lembra que o remanejamento é histórico, é transparente, pois, embora seja por decreto, o decreto é publicado, a fim de não engessar o Executivo frente a determinadas situações que ele precisa fazer os

remanejamentos. Cita como exemplo o episódio da ponte sobre a Avenida dos Estados. Saliencia que, embora seja por decreto, os decretos são conhecidos e a Câmara tem acesso a eles. Quanto à indagação sobre o art. 25, abaixo de R\$50 mil, considerado despesa irrelevante, o Sr. Walter Faria, Secretário Adjunto, registra que é uma faculdade constante da Lei de Responsabilidade Fiscal de o órgão público dar tratamento diferenciado para despesas menores, até um determinado valor, aprovado na LDO e que a praxe dos últimos anos é adotar 50 mil FMPs para despesas irrelevantes, porém, na prática, a Prefeitura acaba dando o mesmo tratamento para todas as despesas – despesas pequenas, créditos suplementares etc., independente de serem maiores ou menores de R\$50 mil. Registra que é uma faculdade que está na LRF e que a Administração é obrigada a colocar na LDO. O Vereador Edson de Jesus Sardano (Edson Sardano) diz que sua pergunta é mais com respeito a mérito do que com respeito à forma, a qual está razoavelmente clara, mas observa uma diminuição no item Inclusão Social, diminui o Orçamento. Lembra que os preços aumentam e que grande parte da Inclusão Social é feita por repasse e que os reajustes significam, na prática, uma redução. Registra que é preciso preparar a estrutura de Inclusão Social da cidade, em virtude das dificuldades futuras e consigna seu protesto, visto ser uma área que lhe é cara, pela sua atividade parlamentar. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, salienta que a Secretaria de Inclusão e Assistência Social, de 2013 para 2014, teve crescimento substancial, e foram feitos reajustes com as entidades, e de 2014 para 2015 não tem diminuição, pois também vai aumentar. Esclarece que pode ter ocorrido de, em 2014, terem conseguido recursos com o Governo Federal, para 2014, o que talvez não se repita, em 2015, o que não impede a obtenção de novos convênios, em 2015. O Vereador Edson de Jesus Sardano (Edson Sardano) insiste que isso é custeio, orçamentariamente falando isso é repasse de per capita e que se o patamar de 2014 for mantido para 2015, significa diminuição, porque existe um crescimento natural nas despesas. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, fala que, este ano, corrigiram o índice e que a Inês, da Feasa, participou da reunião de abertura do processo do Orçamento Participativo, e falou do desenvolvimento de uma política das entidades assistenciais, com previsão de correção, discussão que está acontecendo com a Secretaria de Inclusão e Assistência Social. Ressalta que, o ano de 2014, teve um elemento novo – as emendas parlamentares, que em sua grande maioria foram dirigidas às entidades assistenciais, complementando o orçamento delas. O Vereador Eduardo Marchiori Leite da Silva (Eduardo Leite) também faz referência à relação de programas, ações e custo da Secretaria de Inclusão e Assistência Social e cita o programa Desenvolvimento Social – Construção do Centro de Referência, metafísica – 2015, zero, custo estimado – 2015, zero. Indaga o que significa esse zero e por que manter o programa, se a meta é zero e o custo estimado é zero. A Diretora de Orçamento e Planejamento Estratégico, Sra. Rosemary de M. Silveira, registra que essa intervenção se refere ao outro ano, mas que a base desse trabalho é o PPA e que esse programa e essa ação constam no PPA, mas

não será executada, em 2015, e que embora seja de outro ano, consta da LDO porque faz parte do PPA, e o Governo quando manda a LDO prioriza aquilo que já estava previsto no PPA. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, ressalta que ele está apresentado, só que não tem recurso, então não vai se repetir na LOA. Mas ele consta na LDO porque está na base do PPA e deve ser vinculado a recursos externos e que, conseguindo recursos externos, ele poderá aparecer na LDO, de 2015 para 2016, e na LOA, de 2016. O Vereador Luiz Zacarias de Araujo Filho (Luiz Zacarias) solicita seja detalhada a previsão de R\$15 milhões para a Agência de Publicidade, em 2015. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, lembra que o Orçamento de 2014 já previa R\$15 milhões e que o Orçamento de 2013 previa R\$6 milhões que se mostraram insuficientes para a Prefeitura desenvolver todas suas atividades de divulgação, atividades informativas – campanhas de Orçamento Participativo – outdoors e demais materiais são propagandas institucionais. Diz não saber precisar se executarão todo o orçamento de Comunicação este ano e que talvez seja feito remanejamento da Comunicação para outra área. E para 2015 repetiram o mesmo valor de gasto com Publicidade. Ressalta que visa a atender a todas as Secretarias em suas atividades institucionais. O Vereador Evilasio Santana Santos (Bahia) registra sua dificuldade com números, fala que se espelha no Vereador Luiz Zacarias, e manifesta preocupação com a possibilidade dos 100% por decreto. Indaga se, se pode ser por decreto, como ficam os vereadores. O Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, fala que a proposta não é desrespeito a esta Casa nem aos Vereadores. Registra que esses índices são índices-padrão utilizados em LDOs de vários municípios, inclusive no nível do governo estadual e Federal. Esclarece que o Orçamento é aprovado na Câmara e para algumas áreas – saúde e educação – a Câmara dá essa liberdade, considerando as necessidades, demandas e características das áreas. É uma flexibilidade que é dada, porém, será feita por decreto, em cima do que a lei aprovou, e esse decreto será publicizado, a fim de dar transparência. Registra que esse fluxo já acontece, é natural e não é inédito. Coloca que não está embutida a questão de aumento de IPTU, no sentido da Planta Genérica de Valores, mas a LDO tem esse papel de autorizar o Poder Executivo, o que vai acontecer em outro momento, na elaboração da LOA, com discussão e debate. O Sr. Walter Faria, Secretário Adjunto, complementa que a questão dos 100% é para pessoal e sentenças judiciais, obrigações constitucionais e legais e exemplifica. Lembra que qualquer alteração de dotação orçamentária prevê, quando suplementa a dotação, seja indicado o seu recurso, sendo que os recursos que podem ser utilizados para suplementar uma dotação advêm do superávit do exercício anterior, excesso de arrecadação ou anulação de outra dotação. Ressalta que a finalidade é tão-somente dar agilidade em alguns procedimentos burocráticos para agilizar a execução do Orçamento e não faltar com respeito ou colaboração com os Vereadores. O Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira) registra que o Secretário pede licença para se retirar e agradece a ele pela presença. O Secretário de

Orçamento e Planejamento Participativo, Sr. Alberto Alves de Souza, agradece o convite e coloca-se à disposição para outros debates e exposições. Convida todos a participarem da plenária. O Vereador Luiz Zacarias de Araujo Filho (Luiz Zacarias) indaga como é possível a população ter atendidas suas reivindicações que constem no Orçamento anual. Fala que a LDO está para ser votada e a população está discutindo suas reivindicações nas comunidades. Indaga como os vereadores podem votar a LDO, se ainda falta concluir o processo e saber as reivindicações da população. A Secretária Adjunta de Orçamento e Planejamento Participativo, Miriam Mary Marcon Armelim, esclarece que as plenárias que estão ocorrendo visam a preparar o Orçamento 2015/2016, e a partir de agora as referências serão trabalhadas. A LDO inspirada na SIDA do PPA que veio de processo participativo também. Já a LOA 2015, que será entregue em setembro, trará informações de como serão os gastos. O Vereador Luiz Zacarias de Araujo Filho (Luiz Zacarias) registra que avaliará melhor a questão e preparará outras perguntas para esclarecer outras questões. A Secretária Adjunta de Orçamento e Planejamento Participativo, Miriam Mary Marcon Armelim, registra que esse encadeamento das Peças Orçamentárias visa a conduzir o processo, a fim de evitar surpresas. O Vereador Luiz Zacarias de Araujo Filho (Luiz Zacarias) considera válido e importante o debate. Acredita que destinar R\$15 milhões para Publicidade seja uma questão de governabilidade. O Presidente Aparecido Donizeti Pereira (Donizeti Pereira) lembra que, no dia 16, às 14h30min, haverá reunião entre os Vereadores para discutir os projetos, em especial, os do Executivo, a serem votados e, se houver consenso, sugere seja agendado com o pessoal da Secretaria de Orçamento o envio de um técnico para elucidar eventuais dúvidas. Ressalta que a LDO terá de ser votada até o final do mês de junho. Aguarda a manifestação dos demais e, não havendo mais nenhum questionamento, agradece a atenção de todos. Às dezenove horas e quatorze minutos, é encerrada a audiência pública, da qual, eu, Meyri Eloisa Pincerato, Encarregada do Setor de Taquigrafia e Atas, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

APARECIDO DONIZETI PEREIRA (DONIZETI PEREIRA)  
Presidente

ANTONIO DE JESUS BARBOSA (TONINHO DE JESUS)  
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

COSMO RODRIGUES CARDOSO (COSMO DO GÁS)  
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

EVILASIO SANTANA SANTOS (BAHIA)  
Vereador

ELISABETE TONOBOHN SIRAQUE (PROFª BETE TONOBOHN SIRAQUE)  
Vereadora

EDSON DE JESUS SARDANO (EDSON SARDANO)  
Vereador

EDUARDO MARCHIORI LEITE DA SILVA (EDUARDO LEITE)  
Vereador

ELIAN SARAIVA BARBOSA DE SANTANA (ELIAN SANTANA)  
Vereadora

LUIZ ZACARIAS DE ARAUJO FILHO (LUIZ ZACARIAS)  
Vereador

MARCOS RODRIGUES PINCHIARI (DR. MARCOS PINCHIARI)  
Vereador

ANTONIO RODRIGUES DA SILVA (TONHO LAGOA)  
Vereador

ALBERTO ALVES DE SOUZA  
Secretário de Orçamento e Planejamento Participativo da PMSA

MIRIAM MARY MARCON ARMELIM  
Secretária Adjunta de Orçamento e Planejamento Participativo da PMSA

WALTER FARIA  
Secretário Adjunto da PMSA

ROSEMARY DE M. SILVEIRA  
Diretora de Orçamento e Planejamento Estratégico

JANDIRA DE FARIAS SILVA CARNEIRO  
Assist. Econômico-Financeira da CMSA  
em substituição

NILTON PEREIRA DOS SANTOS  
Controlador Interno

MEYRI ELOISA PINCERATO  
Encarregada do Setor de Taquigrafia e Atas da CMSA